



## **15ª Convenção do PEV**

### **Intervenção de Encerramento**

**José Luís Ferreira**

23 de maio de 2021

Companheiros e delegados à Convenção do P.E.V.

Caminhamos a passos largos para o encerramento dos trabalhos da XV Convenção do Partido Ecologista Os Verdes, o Congresso dos Verdes.

O nosso Congresso, e este é o momento para afirmar sem reservas, que cumprimos os objetivos que coletivamente definimos para estes dois importantes e intensos dias de trabalhos.

Elegemos os novos órgãos nacionais do partido, e mais uma vez, refletindo a própria participação e militância de base do Partido e sem necessidade de quaisquer imposições legais, porque Os Verdes nunca precisaram da lei das quotas para afirmar o princípio da igualdade e da não discriminação, contamos no conjunto dos três órgãos nacionais com uma participação feminina superior a 58%.

Números que não surgem por acaso, nem tão pouco, movidos por questões legais, mas sim o reflexo da própria génese, da história e dos valores ecologistas da diversidade, da igualdade e da não discriminação. Valores que integram o património genético dos Verdes, e dos quais, aliás, muito nos orgulhamos.

Temos assim uma nova direção nacional, composta por pessoas, determinadas a contribuir para uma direção mais forte, com vista a dar resposta às muitas e sérias exigências que nos esperam, e permitir aprofundar a reflexão sobre a realidade ambiental, económica e social do País e do mundo.

Delinear orientações estratégicas, desbravar caminhos de ação e procurar soluções para melhorar a qualidade de vida das populações e garantir os direitos dos cidadãos, mas também soluções que permitam um mundo de paz, socialmente justo e ambientalmente equilibrado.

Pela frente, esperam-nos tempos de grande exigência, de trabalho e dedicação, que encararemos com todo o sentido de responsabilidade, tendo por base os novos documentos de orientação política que aprovamos nesta Convenção e pelas grandes linhas de intervenção que aqui coletivamente, traçamos, de forma democrática e participada e que servirão de farol orientador para os próximos 3 anos.

Mas nestes dois dias de intenso trabalho, não nos limitamos apenas a eleger a nova direção e aprovar os novos instrumentos de ação política, pelo meio, reafirmamos ainda a importância do projeto ecologista em Portugal.

Trouxemos para cima da mesa, a natureza alternativa do Partido Ecologista Os Verdes, um projeto de intervenção e de transformação da sociedade e imprescindível para as respostas que se impõem, tanto do ponto de vista social como ambiental.

Um projeto democrático, construído com a participação e o envolvimento dos seus membros e dos seus coletivos, como se viu nestes dois dias, mas também na construção da Moção Global, que para além de ter sido amplamente discutida e participada, conheceu mais de 500 propostas de alteração, tendo sido acolhidas cerca de 90% desse universo de propostas apresentadas.

Um projeto responsável, que mesmo em tempos difíceis como os que vivemos face à pandemia, consegue organizar o seu congresso, respeitando todas as regras sanitárias, dando prova de que os direitos e sobretudo os direitos políticos não estão confinados, nem a democracia congelada, mas também um testemunho de que, com respeito pelas regras sanitárias, podemos nos ir aproximando da normalidade.

Uma palavra bem merecida para todo este coletivo ecologista, que levantou a Convenção e para os delegados e convidados que, corajosamente confiaram no sentido de responsabilidade dos Verdes e quiseram participar presencialmente nos trabalhos.

Infelizmente o mesmo não poderemos dizer do acompanhamento e da cobertura que este Congresso mereceu por parte da comunicação social, um silêncio difícil de compreender e muito menos aceitar, que nós sabemos nada ter a ver com o medo da pandemia, bem sabemos que os medos são outros.

Mas nós aqui estamos.

E aqui estamos, a afirmar o projeto ecologista em Portugal.

Aqui estamos, animados pelas nossas convicções e com um propósito comum: lutar e lutar com vista a estabelecer uma relação de harmonia entre o Homem e a natureza, o que só é possível, sabemo-lo, com justiça social.

E sabemo-lo, porque não haverá nunca equilíbrio ambiental se não houver justiça social, até porque a defesa do ambiente não é compatível com modelos económicos que assentam na ideia do crescimento ilimitado, como se ilimitado fosse o nosso planeta e como se ilimitados fossem os seus recursos.

É também por isso que afirmamos que os verdadeiros ecologistas têm de ser de esquerda.

E Os Verdes são um partido de esquerda e assumem-no, como sempre o fizemos, porque nada temos a esconder.

Não pertencemos ao lote daqueles que se dizem, não ser de direita nem de esquerda, que são tudo e nada ao mesmo tempo.

Não. Nós somos ecologistas, somos de esquerda.

Queremos um planeta sustentável, lutamos pela justiça social, enquanto premissa absolutamente indispensável para o equilíbrio ambiental.

Queremos um mundo para todos, porque todos haveremos de caber no mundo.

Sejam homens ou mulheres, novos ou velhos, e independentemente da comunidade a que pertençam, terá de haver lugar para todos e em harmonia.

Caros amigos e companheiros,

Depois de termos passado as “passas do algarve” com as políticas do Governo PSD/CDS, um Governo que deixou os portugueses praticamente a “pão e água, acabaram por se criar as condições para o País poder respirar.

Estava assim criada a oportunidade para por à prova o que diziam, como Os Verdes, que havia alternativas às políticas de austeridade e que era possível avançar no sentido de trazer mais justiça social.

E sem pretender reivindicar a paternidade exclusiva desses avanços, há contudo, dois elementos, dos quais não é possível fugir.

Por mais contas que se façam, por mais leituras que se pretendam fazer, há dois elementos que são absolutamente incontestáveis, porque falamos de factos e contra factos não há argumentos.

1º facto: Os Verdes estão inquestionavelmente associadas às propostas que promoveram os avanços conseguidos nos últimos anos, tanto no plano social, como no plano ambiental.

Do aumento das Reformas e pensões à devolução dos feriados;

Do fim do PEC para as Pequenas Empresas, à reposição integral do 13º mês.

Dos manuais escolares gratuitos à descida do IVA na restauração;

Do fim dos cortes salariais à inversão da tendência de desinvestimento na escola pública e no serviço nacional de saúde.

Do travão à expansão desenfreada das monoculturas do eucalipto, ao investimento nos transportes públicos, incluindo o reforço da ferrovia e o avanço que se conseguiu ao nível do passe.

Uma grande e verdadeira revolução em termos de mobilidade sustentável, onde o passe recuperou a sua natureza social, e portanto, se hoje podemos falar de passe social e não simplesmente de passe, isso deve-se também ao trabalho dos Verdes.

Mas estes são apenas alguns dos muitos exemplos que nos levam ao 1º facto: Os Verdes estão indissociavelmente ligadas aos avanços conseguidos. É um facto.

Quanto ao segundo facto, temos de ir ao início para recordar como tudo começou.

E tudo começou na noite eleitoral de outubro de 2015.

De facto, enquanto a direita se preparava para continuar as suas políticas de cortes e injustiças e o PS dava os parabéns ao PSD e ao CDS;

Enquanto o Bloco festejava o seu resultado eleitoral e Cavaco Silva, não escondia o seu entusiasmo, houve uma força política que no meio de tanta euforia e a pensar nos portugueses,

fez renascer a esperança de colocar um fim às políticas de massacre social que o PSD e o CDS se preparavam para continuar.

E essa força política, foi a CDU.

É um facto e contra factos não há argumentos.

Mas é ainda necessário referir mais dois aspetos importantes para a avaliação deste período.

O primeiro é que tudo isto só foi possível porque em 2015 não houve maiorias absolutas.

O segundo para dizer que apesar dos avanços conseguidos havia condições, do ponto de vista parlamentar, para levar os avanços mais adiante.

E agora, coloca-se a questão: se havia condições, porque não se avançou mais?

Ora, a pergunta é legítima, como legítima é a nossa resposta:

Não fosse a forma obsessiva como o PS olha para o défice e para as imposições da UE, “e outro galo cantaria”.

Não fosse a forma como o PS continua a olhar para os interesses dos Grandes Grupos Económicos e a conversa seria outra.

Deixo dois exemplos para se perceber do que falamos:

Era uma vez uma empresa que enquanto foi do Estado, prestava um serviço postal de altíssima qualidade, reconhecido até no plano internacional, que dava lucros aos milhões e que eram canalizados para o OE.

Falamos naturalmente dos CTT.

Bem sabemos que foi o PSD e o CDS que privatizaram esta importante empresa e que agora está como sabemos: transformada num banco, a remeter o serviço postal para o fim das suas prioridades, a tratar mal os seus trabalhadores e a encerrar estações por todo o País.

Sim, foi a direita que privatizou os CTT, é verdade, mas, quando, tanto na anterior, como nesta legislatura Os Verdes, propuseram o regresso dos CTT à esfera pública, o PS votou contra.

Mas as preocupações do PS com os Grandes Grupos Económicos são também visíveis, em importantes decisões, como a localização do aeroporto no Montijo.

Sim, porque nós não podemos confundir o interesse público, com o interesse da Vinci ou de qualquer outra multinacional.

Por isso continuamos sem compreender os motivos que levam o PS a insistir no Montijo, uma opção que ignora o interesse público e que é absolutamente desastrosa do ponto de vista ambiental.

Seja como for, o facto de não ter havido maiorias absolutas, nem na anterior, nem na atual legislatura, trouxe dois factos novos de grande relevância.

Primeiro porque deslocou a centralidade política para a Assembleia da República, que deixou assim de ser uma mera caixa de ressonância do Governo.

E segundo, porque permitiu que Os Verdes assumissem o exercício de uma forte influência sobre o Governo do PS,

no sentido, não só de garantir a possibilidade de se reverterem políticas que destruíam potencialidade de desenvolvimento do país e de garantir direitos aos cidadãos, mas também de impedir que houvesse recuos nos avanços conseguidos.

O País respirou, é verdade, mas também é verdade que Os Verdes foram imprescindíveis nesses avanços, e também é verdade que mais não se avançou porque o PS, é o PS de sempre, obcecado com o défice e as imposições europeias e comprometido com os grandes interesses económicos.

A seguir vieram as eleições legislativas de 2019, e Os Verdes, com o mesmo sentido de responsabilidade, manifestaram disponibilidade para continuar a apresentar um conjunto de propostas determinantes para o desenvolvimento,

assim como para aprovar todas as propostas que, a nosso ver, se traduzissem em medidas positivas para o país e para os cidadãos, mas também para rejeitar e contestar tudo o que viesse em sentido contrário.

Assim sucedeu, por exemplo, com o imoral processo do Novo Banco, onde os administradores não sabem o nome das empresas que eles próprios administram,

onde os devedores arrecadaram milhões, mas perderam a memória, e ainda reinam como o povo, e agora até se diz que fica mais barato não cobrar as dividas do que cobra-las, e o contribuinte paga todo este regabofe, ainda por cima de um banco que é privado.

Assim aconteceu também com o alargamento do prazo do período experimental nos contratos de trabalho,

ou em relação à teimosia do Governo sobre a pesquisa e exploração de lítio, à incompreensível insistência na localização do Montijo para o novo aeroporto, à inaceitável renovação das Parcerias Público Privadas, sobretudo no sector da saúde.

E assim aconteceu com o Orçamento Suplementar de 2020, que estando muito longe do necessário para fazer face à gravidade e à dimensão dos problemas do País e dos portugueses, agravados face à pandemia, e porque o PS inviabilizou as nossas propostas na especialidade, não encontramos outro caminho que não fosse o voto contra.

E foi também com essa postura e com o mesmo sentido de responsabilidade que Os Verdes se abstiveram nos dois Orçamentos do Estado apresentados, na presente legislatura, pelo Governo PS.

Embora as propostas, tal qual como foram originalmente apresentadas, fossem bastante redutoras para dar resposta às necessidades do país, acabaram por ser introduzidas várias alterações, em sede de discussão na especialidade, onde Os Verdes tiveram uma voz ativa.

Na verdade, esse universo de alterações, tornaram os Orçamentos mais robustos no sentido de garantir a necessidade de não promover recuos e de avançar mais, relativamente à promoção de equilíbrios e direitos que se refletissem na qualidade de vida das populações.

Falamos, por exemplo,

no reforço de profissionais dedicados à conservação da natureza, com o ICNF a duplicar os seus quadros nos últimos anos,

no reforço das verbas para os Centros de Recolha Animal,

na contratação de mais profissionais para o SNS,

na progressão da gratuidade das creches,

na diminuição do valor das propinas,

no alargamento de manuais escolares gratuitos,

no alargamento do passe social de custo mais reduzido a novas zonas do país,

nos apoios para as micro e pequenas empresas,

no combate à interioridade e ao abandono do mundo rural, dignificando o Estatuto da Agricultura Familiar,

na defesa de valores salariais

e obrigando o Governo a promover uma Avaliação Ambiental Estratégica para a localização do Novo Aeroporto de Lisboa,

entre muitas outras propostas que Os Verdes fizeram aprovar.

Caros companheiros,

Esta Convenção decorre num período em que o país e o mundo se continuam a confrontar com uma pandemia de proporções bastante acentuadas.

E desde a primeira hora, Os Verdes defenderam a criação e a aplicação de medidas adequadas à prevenção, ao combate e ao tratamento da pandemia, de modo a salvaguardar vidas e a saúde pública e a diminuir, ao máximo, os impactos desta pandemia nas suas dimensões económica, social e ambiental.

Para o efeito, e tendo em conta o crónico subfinanciamento do SNS ao longo de décadas, ficou patente a emergência da necessidade de reforço de profissionais nas unidades de saúde e o investimento em mais e melhores condições para dar as respostas necessárias.

Paralelamente às medidas tomadas com vista a estabelecer o distanciamento físico, o encerramento de escolas, o teletrabalho ou o encerramento de estabelecimentos comerciais, desportivos e culturais,

era fundamental associar apoios eficazes, que passassem pela manutenção dos salários a 100%, a não transferência de custos das empresas para os trabalhadores em teletrabalho, o alargamento da proteção social e a garantia da sobrevivência das micro, pequenas e médias empresas.

Mas a Pandemia veio também reforçar a importância do Estado Social e das Funções Sociais do Estado, em particular ao nível do S.N.S. e dos seus profissionais, que aproveitaram para em nome dos Verdes saudar, pelo empenho, dedicação e profissionalismo que confirmaram nesta fase difícil das nossas vidas.

A todos os profissionais de saúde e a todos os trabalhadores que permitiram que o País não parasse de todo, fica o reconhecimento do P.E.V.

E se alguma coisa apreendemos no combate a esta Pandemia, foi que quanto mais fortalecido estiver o S.N.S, melhor responderemos a este e outros desafios, o que significa que é preciso não só, investir a sério no SNS, mas também na valorização dos seus profissionais.

Depois, as reservas que Os Verdes manifestaram relativamente à declaração do Estado de Emergência, são suportadas, sobretudo por duas razões muito claras.

Em primeiro lugar, porque o governo dispunha, dentro do quadro legal normal, de todos os instrumentos jurídicos para assumir as medidas necessárias no combater a Pandemia.

Durante todo este tempo, ainda ninguém nos foi capaz de dar um exemplo, um único, de uma medida que tivesse sido tomada e para a qual seria necessário o Estado de Emergência.

Mesmo aquela onde poderia haver dúvidas, que aliás o Governo não fez uso, refiro-me a requisição dos serviços de saúde do sector privado, mesmo essa, dispensava o Estado de Emergência, porque está prevista na Lei de Bases da Proteção Civil.

A segunda razão, prende-se com o facto do fim do período do Estado de Emergência sugerir uma sensação coletiva de que já é possível voltar à normalidade, levando as pessoas a desvalorizar a necessidade de continuar os cuidados e a não levar tão a sério as regras sanitárias.

Foi aliás esse receio, que a nosso ver, levou ao prolongamento de sucessivos períodos do Estado de Emergência, o que ficou visível principalmente na última renovação do Estado de Emergência da primavera do ano passado e das últimas renovações deste ano.

Mas Os Verdes não se cansaram de chamar a atenção para não se confundir o Estado de Emergência com a tomada de medidas de combate à Pandemia, porque são realidades distintas que não se podem confundir.

Recorde-se, aliás, que as medidas mais importantes neste combate foram assumidas antes de qualquer declaração de E.E., refiro-me ao encerramento das escolas e ao confinamento voluntário por parte dos portugueses que se verificou na primavera passada.

E por isso consideramos que mais do que a declaração de sucessivos E.E., o que se impunha era explicar às pessoas a importância de cada uma das medidas tomadas, que se garantissem os apoios às famílias que estavam a perder rendimentos, que as ajudas às pequenas empresas chegassem em tempo útil e que a pandemia não servisse de pretexto para aprofundar a exploração de quem trabalha.

Caros companheiros e delegados

Durante os trabalhos desta Convenção, e apesar da sua importância, não nos limitamos a eleger os novos órgãos nacionais do Partido, nem nos limitamos apenas a dar cumprimento às disposições Estatutárias.

Para além disso, discutimos, procuramos soluções, desbravamos caminhos que nos levem a respostas para os problemas do País e dos portugueses, sem deixar de olhar para o que se passa no resto mundo.

No plano internacional bem podemos dizer que vivemos num tempo em que se prepara um monstruoso assalto a toda a espécie de bens, recursos e património natural e ambiental.

Tudo pretendem transformar em mercadoria, tudo pretendem transformar em lucro, deixando visíveis as ligações do poder económico ao poder político e de que o processo de aquisição de vacinas, é um exemplo claro.

E não falamos apenas da resistência dos Governos, inclusivamente do Governo Português à libertação das patentes, falamos ainda de outro elemento com a mesma relevância.

Vejamos, a União Europeia não só pagou a produção das vacinas, e já agora, pagou com o dinheiro dos contribuintes, portanto das pessoas que necessitam delas, como também, com o dinheiro dos mesmos, financiou a respetiva investigação, a pesquisa,

os ensaios, os seguros de risco, para o caso da investigação não ter sucesso,

libertou os laboratórios de quaisquer responsabilidades se houver efeitos indesejáveis das vacinas e comprou-as antes de existirem.

Mas a “descoberta” é pertença exclusiva das farmacêuticas, o que significa que só elas as podem produzir e, claro está, ao ritmo que melhor encaixar nas suas estratégias de negócio. Quanto aos cidadãos europeus que financiaram a “descoberta”, ficam dependentes dos interesses comerciais dos laboratórios.

Ou seja, com a opção de recorrer às PPP com algumas multinacionais farmacêuticas, a U.E. ficou literalmente “amarrada” aos interesses dessas multinacionais.

E tornou-se, aliás, absolutamente incompreensível que, precisando nós de soluções que permitam a vacinação em massa com a rapidez que se deseja, ficarmos limitados aos negócios da U.E., porque o Governo Português se recusou a ponderar a possibilidade de comprar vacinas noutros países, fora do modelo e do quadro da U.E.

E, portanto, é caso para dizer, “troquem os trocos por vacinas”, porque a vida das pessoas não pode entrar na lógica do lucro e ser objeto de negócio das farmacêuticas.

Ou seja, falamos de políticas absolutamente incapazes de assumir a defesa da vida e muito menos dos valores ambientais, porque a sua defesa não é conciliável com a essência do capitalismo que estas políticas pretendem eternizar.

Mas a situação política no plano internacional é ainda marcada pela continuação da proliferação de conflitos e ingerências e pelo avanço da extrema-direita e de governos antidemocráticos.

E se Trump foi, de facto, um marco bastante negativo para a humanidade, a eleição de Biden não vem melhorar a intervenção externa dos Estados Unidos.

De facto, após 30 dias no poder, decidiu retomar os bombardeamentos na Síria, em clara violação do Direito Internacional e da Carta das Nações Unidas, e continuar a atuar com o propósito de ocupar ilegalmente territórios desse país.

Da mesma forma, Os Verdes condenam a continuada ação de ocupação, colonização e repressão exercida sobre o Estado da Palestina e sobre o seu povo, por parte de Israel, com a cumplicidade dos Estados Unidos e da União Europeia.

E ao contrário do que se pretende fazer crer, o que se está a passar na Palestina, não é um conflito, onde as partes estão no mesmo patamar e com os mesmo objetivos.

Não, o que se está a passar na palestina é um verdadeiro massacre.

Um massacre onde uma das partes, pretende literalmente apossar-se dos territórios do Estado da Palestina.

E, portanto, não é um conflito, é uma ocupação em andamento e há muitos anos. Só não vê quem não quer.

Basta olhar para os mapas dos territórios de Israel e da Palestina de hoje, e compará-los com o que foi adotado e aprovado pela ONU em 1947, para termos a dimensão desta nova forma de colonizar territórios, por parte de Israel.

E fá-lo, mesmo violando as regras mais elementares do direito internacional e ignorando completamente as várias Resoluções da Nações Unidas.

Aliás, como é público, os Estados Unidos têm vindo a bloquear sistematicamente quaisquer esforços do C.S. da ONU, no sentido de exigir o cessar fogo.

Não é por acaso que Israel agradeceu aos Estados Unidos por recentemente ter feito mais um jeito a Israel, ao bloquear uma Resolução do C.S. das N.U. que se limitava a pedir uma solução de “dois estados”, apelar ao respeito pelo direito internacional humanitário e a manifestar séria preocupação relativamente à expulsão, pelas autoridades ocupantes israelitas, de famílias palestinianas das suas habitações em Jerusalém Oriental.

É verdade que o cessar fogo já foi declarado, mas se tivesse ocorrido há uma semana atrás, ter-se-iam poupado muitas vidas.

Sucedede que os Estados Unidos bloquearam mais esta Resolução e o resultado está à vista, com os bombardeamentos a atingirem zonas residenciais, a atingirem civis, incluindo crianças e que atingiram também o principal centro de testagem e vacinação contra a Covid-19, que aliás deixou de funcionar, para além de outros hospitais e clínicas médicas nos territórios palestinianos.

Recordo que Os Verdes apresentaram ao longo do tempo várias iniciativas para o reconhecimento do Estado da Palestina, que foram sistematicamente rejeitadas.

No entanto há uma recomendação aprovada pela A.R. que recomenda ao Governo que reconheça o Estado da Palestina em coordenação com a União Europeia.

E é com profunda tristeza que hoje constatamos que o Governo passa pela Presidência do Conselho Europeu sem ter feito o mínimo dos esforços para dar cumprimento a essa Resolução.

Da nossa parte, continuaremos a exigir o reconhecimento do Estado da Palestina, e a manifestar a nossa total solidariedade ao povo palestiniano.

Uma solidariedade que estendemos também ao povo do Saara Ocidental e à sua luta pela autodeterminação, contra a agressão e o colonialismo de Marrocos.

Como vemos, os Estados Unidos mantêm-se assim como uma potência imperialista, assumindo-se como polícia do Mundo e promovendo ingerências, agressões, operações ilegais e desestabilização continuada nos «quatro cantos» do Mundo.

Os exemplos não faltam, como é o caso da Líbia, um crime idêntico ao do Iraque, onde inventaram armas químicas que nunca ninguém chegou a ver, mas que foi o pretexto inventado para destruíram o Iraque e o seu povo.

O Iémen que é um verdadeiro genocídio a céu aberto, onde a coligação militar encabeçada pela Arábia Saudita, conta com o apoio dos Estados Unidos e a cumplicidade de outras potências da NATO, como o Reino Unido e a França.

Da mesma forma e com a mesma determinação condenamos a ação desestabilizadora e criminosa de grupos armados de terroristas mercenários na Península de Cabo Delgado, onde, não por coincidência, se desenvolve o maior investimento multinacional privado em solo africano.

E rejeitamos ainda qualquer tentativa de instrumentalização e de apropriação dos recursos naturais, fundamentais para o desenvolvimento económico e social de Moçambique.

Estes grupos atuam em total desrespeito pelos direitos humanos e pela soberania e independência do Estado moçambicano, levando à deslocação forçada de centenas de milhares de pessoas e provocando uma grave crise humanitária e de segurança.

E enquanto as grandes potências queimam milhões e milhões a fomentar guerras e conflitos, a generalidade da população do continente africano, e não só, continua condenada à pobreza e à fome, sem água potável, em estado de subdesenvolvimento, amplamente ameaçada por conflitos e pelas consequências das alterações climáticas, que tenderão a aumentar fluxos de refugiados e de migrações forçadas.

A morte de milhares de refugiados e migrantes no Mediterrâneo, perante a tenebrosa indiferença e cumplicidade da União Europeia, é absolutamente dramática.

A paz e a solidariedade entre os povos, são elementos que fazem parte do ADN dos Verdes e por isso continuaremos a exigir a dissolução da NATO, que representa uma aliança belicista e geoestratégica, bem como o fim dos testes e do armamento nuclear, indo ao encontro da nossa Constituição.

Relativamente à U.E., que está transformada num verdadeiro instrumento do Neoliberalismo, e cada vez mais distante dos interesses dos cidadãos europeus, continua a condicionar o rumo e as políticas promovidas, na sua maioria de favorecimento à liberalização dos mercados e ao domínio das grandes corporações, em detrimento da salvaguarda do equilíbrio ambiental, da preservação dos ecossistemas, do fortalecimento das economias mais frágeis, e das respostas às necessidades mais prementes dos povos.

Em segredo, no silêncio dos gabinetes e longe dos olhares dos europeus a U.E. continua a negociar dezenas de acordos designados de comércio livre, mas que ultrapassam as questões comerciais e são altamente prejudiciais para as populações, o ambiente e a soberania dos países envolvidos, afetando inúmeros sectores da sociedade e favorecendo as multinacionais e a lógica capitalista.

Para além disso estes acordos acabam por contrariar muitos dos objetivos apresentados pela União Europeia, nomeadamente em termos ambientais, sendo incompatíveis com o combate às alterações climáticas e com os compromissos do Acordo de Paris.

Depois, temos aquilo a que pomposamente chamam de Cooperação Estruturada Permanente, quando todos percebemos que a designada cooperação não contribui em nada para a promoção da paz no mundo, até porque a opção da União Europeia reduz-se, no essencial, ao reforço da militarização e à cumplicidade e até participação em agressões e ingerências.

Este organismo é um passo para a construção de um exército europeu e um negócio para a indústria militar, ao mesmo tempo, que retira capacidade de resposta aos problemas e interesses dos povos, contrariando os princípios de solidariedade e de cooperação que o projeto europeu continua a apregoar.

Os Verdes consideram que não é minimamente aceitável que a defesa e a militarização sejam uma prioridade, sobretudo quando há tantos problemas por resolver, como as medidas humanitárias para quem foge da guerra e da fome e de tantos outros problemas com que nos confrontamos.

Caros delegados,

Os problemas têm de ter soluções, porque se não há solução para um problema, então não estaremos diante de um problema, mas sim de um facto.

E o que nós precisamos é de encontrar respostas verdes para os muitos problemas com que o nosso país se confronta.

Mas para isso, é fundamental continuar e multiplicar ações que potenciem a adesão e a integração de novos membros que pretendam contribuir para o fortalecimento e para o crescimento do projeto ecologista.

E para esse crescimento, seria também importante que todos os delegados desta Convenção assumissem o compromisso de trazer mais gente para Os Verdes, se cada um de nós trouxer mais 3 pessoas para o projeto até a próxima Convenção, essa responsabilidade representaria um excelente contributo para o fortalecimento do Partido.

Mais fortes, maior expressão daremos às respostas Verdes que se impõem.

Respostas Verdes para o combate às alterações climáticas, em vez das negociações que em torno desse combate a Europa tem vindo a promover.

Respostas Verdes para o combate à pobreza e às desigualdades sociais, que PS, PSD e CDS potenciaram durante décadas.

Respostas Verdes para garantir a natureza pública da água, para os problemas provocados pelas culturas intensivas, para a exploração desenfreada do lítio, para proteger as nossas florestas e para cuidar e valorizar as áreas protegidas.

Respostas Verdes nas decisões sobre a localização do Novo Aeroporto de Lisboa e de outras onde o interesse público fica de fora.

Respostas Verdes à corrupção, não só com a criminalização do enriquecimento ilícito, mas também com a exigência do fim dos paraísos fiscais e dos vistos, sejam gold, sejam green.

Respostas Verdes para atenuar as assimetrias regionais, para combater a violência doméstica e para impedir o crescimento do populismo e da xenofobia.

Respostas Verdes aos problemas da legislação laboral herdadas do PSD e do CDS e que o PS, não só, teima em não remover, como ainda se junta à direita para duplicar o tempo do período experimental.

Respostas Verdes para fortalecer as FSE, dotando os serviços públicos de meio técnicos e humanos necessários.

Respostas Verdes para os problemas da mobilidade, com transportes públicos de qualidade e uma aposta séria na ferrovia e nos meios de transporte suave, como a bicicleta.

Respostas Verdes para libertar o PNacSudACV das lixeiras de plástico a céu aberto, mas também para os problemas sociais que estão a ser vividos em Odemira, com novas formas de escravatura a ganhar força, um pouco por todo o País.

Respostas Verdes para nos libertarmos do Tratado Orçamental, para recolocar as pessoas e os problemas do País em primeiro lugar e para que possamos definir as nossas prioridades orçamentais, sem os atuais constrangimentos e limitações impostas pelas regras desse Tratado.

Respostas Verdes para a nossa produção e para recuperar a nossa soberania alimentar, apostar na agricultura familiar e defender as pequenas empresas.

Respostas Verdes para fortalecer a nossa democracia, não só com a regionalização, que PS, PSD e CDS continuam a recusar, mas também para respeitar as autarquias locais, que PS e PSD se preparam para dar nova facada, desta vez por causa do aeroporto e pelo facto das autarquias não darem o parecer que o governo queria.

E respostas Verdes para repor as freguesias e não este número cozinhado pelo PS e PSD, que impede a reposição de muitas freguesias mesmo sendo essa a vontade das populações.

Caros amigos,

Os Verdes têm integrado a C.D.U. porque consideramos ser essa a melhor forma de afirmar o projeto ecologista em Portugal, mas também porque vemos na CDU o encontro de convergências, entre projetos políticos que, mantendo as suas identidades e matrizes próprias, fazem da aliança uma força de ação para alcançar o objetivo de construção de uma sociedade desenvolvida e

solidária, onde a justiça, a igualdade, o bem-estar das populações, a salvaguarda dos recursos naturais sejam, efetivamente, uma realidade na vida das pessoas.

E as eleições autárquicas que aí veem, revestem-se de uma grande importância para Os Verdes, uma vez que se trata de eleger os membros dos órgãos políticos mais próximos dos cidadãos.

O Poder Local Democrático dá um contributo inegável para o desenvolvimento local e regional, e torna-se um palco essencial para aplicar o princípio ecologista «pensar global, agir local».

Por isso, reforçar os membros eleitos do PEV e da CDU nos órgãos autárquicos deve constituir um objetivo que em muito beneficiará as populações, pela dedicação, trabalho, honestidade e competência que os eleitos da CDU imprimem ao exercício do seu mandato, tendo como prioridade a resolução dos problemas concretos das populações, no âmbito das competências das autarquias locais e da reivindicação das medidas que competem ao poder central.

Por isso, quanto mais força tiver a CDU mais condições teremos para defender as nossas propostas e afirmar o nosso projeto, em benefício da qualidade de vida das populações e da sustentabilidade do território.

Neste sentido, Os Verdes vão empenhar-se com toda a energia, através dos seus candidatos, dos seus membros e ativistas e dos seus coletivos regionais, nessa batalha eleitoral, por forma a contribuir para o esclarecimento e para o reforço da CDU, porque quem fica a ganhar são as populações.

Mas permitam-me que antes de terminar deixe mais duas notas.

Uma para regressar novamente à questão das alterações climáticas e outra para fazer uma referência ao próximo Orçamento de Estado.

É que não deixa de ser curioso que quando se aproximam os atos eleitorais, todos os partidos se mostram muito preocupados com as alterações climáticas.

Mas Os Verdes não acordaram agora para este problema. Aos anos que temos vindo a chamar atenção, a sensibilizar as pessoas e a apresentar propostas concretas para travar esta ameaça?

Seria necessário recuar ao início do século, para desenterrar uma verdade que os factos não deixam contrariar:

foram Os Verdes que no nosso país, trouxeram para discussão a necessidade de tomar medidas com vista a travar as alterações climáticas, uma batalha que, aliás, temos vindo a assumir como prioridade ao longo de décadas.

Estávamos no longínquo ano de 2001, quando Os Verdes apresentaram na Assembleia da República uma iniciativa legislativa com o objetivo de dar cumprimento ao Protocolo de Quioto, e por essa via contribuir para combater as alterações climáticas.

Bem podemos dizer, que não estivemos à espera que as alterações climáticas dessem votos ou entrassem na esfera mediática, para o assunto merecer a nossa preocupação.

E o mesmo se diga relativamente ao bem-estar animal. Também não estivemos à espera que desse votos para nos preocuparmos com o assunto.

Aos anos que Os Verdes apresentam propostas concretas em torno do bem-estar animal?

Será necessário recuar ao século passado para avistarmos a proposta que levamos à Assembleia com vista a estabelecer uma Lei de Bases de proteção dos animais não humanos. Estávamos então em 1988.

São, portanto, muitos anos a batalhar na defesa do bem-estar animal, e não precisamos de esperar que desse votos para nos preocuparmos com o bem-estar animal.

E assim haveremos de continuar, determinados a prosseguir estas e outras batalhas que a nosso ver possam contribuir para mais equilíbrio ambiental e mais justiça social.

Sem fundamentalismos, mas com sentido de responsabilidade.

Sem fúrias proibicionistas nem ataques penalistas, mas com bom senso.

Sem populismos, mas com coerência.

Sem cinzentismos, mas com respostas verdes.

Relativamente ao próximo Orçamento de Estado, para deixar claro que, se enganam os que pensam que “isto são favas contadas”.

Mantemos a mesma disponibilidade e o mesmo sentido de responsabilidade para ouvir o Governo, como temos feito,

mas há para Os Verdes uma questão prévia para resolver, primeiro,

é necessário olhar para trás e perceber qual o grau de execução das medidas previstas no Orçamento para 2021, e sobretudo qual o grau de execução das propostas que Os Verdes fizeram aprovar.

Não partiremos para o diálogo sobre o Orçamento de Estado para 2022, sem primeiro termos o ponto da situação relativamente ao Orçamento deste ano.

Contas são contas e como diziam os romanos, os pactos são para se cumprirem.

Amigos e companheiros.

Com as respostas verdes que nesta Convenção encontramos, vamos melhorar o nosso futuro coletivo e o futuro dos nossos valores ambientais.

E o futuro já começou.

Vamos ao trabalho.

Viva a 15.ª Convenção dos Verdes.

Viva o Partido Ecologista Os Verdes.